

Previsão e cálculo político em três perfis

RAIMUNDO SANTOS*

A depender de alguns partidos políticos, a lógica da próxima eleição presidencial já não está aqui, mas em certo ponto do ano 2002. Um outro governo FHC se voltaria para uma agenda de menos globalização (conclusão da reforma agrária reforma política, reforma tributária, política social, etc.) de escasso interesse para aliados que se afastariam à procura do discurso necessário à candidatura da “nova direita” contida desde 1994. Daqui a quatro anos, o cisma na atual coligação disponibilizaria para alianças de centro-esquerda um considerável campo social-democrata, então representado por áreas sobretudo do PMDB e do PSDB. Enquanto à direita a primeira previsão serve a todo tipo de cálculo político de “grande política” e “pequenas ambições”,¹ o horizonte da unidade da esquerda com o centro ainda não dá mostras de ser hoje um parâmetro para a política de médio prazo.

Esses dois tipos de “futurologia”, cogitados para trazer uma circunstância desejada mediante competente *virtù*, têm tradição e exemplos interessantes no nosso campo democrático contemporâneo. Estas notas pretendem realçar modalidades, também matizadas, a partir de três perfis político-intelectuais – o PCB do pós-64, Ulisses Guimarães e o intelectual Fernando Henrique Cardoso –, como um exercício de aproximação a este tema instigante das indagações sobre o curto e o médio prazos que o ator político ensimesmado com o próprio poder criativo se faz sobre as suas responsabilidades à hora de decidir a própria práxis política.²

Os protagonistas escolhidos não constituem, por certo, todo o arco das correntes engajadas na resistência à ditadura acima aludido, mas representam bem as três áreas mais importantes do Movimento Democrático Brasileiro-MDB, aqui considerado emblemático como sociabilidade de valorização da política. Nessa espécie de laboratório pós-64 teria ocorrido uma experiência de “cultura da política” — a expressão sugerindo a ideia de que se teria superado a mentalidade “a política não adianta nem serve para nada”, em um momento da vida nacional no qual ela não encontrava muitos estímulos. Então, as perspectivas de influir no poder público esta-

vam adiadas, distante que ficara a coalizão nacional-popular da configuração estatal (o principal sentido do golpe militar, pois, antes, formando tradição, setores dela vinham participando dos governos do segundo Vargas, Juscelino, e sobretudo Jango).

O primeiro daqueles atores, o PCB, sempre considerou esse tipo de política de frente única como passo obrigatório para chegar a um objetivo estratégico que ele próprio invoca como sua razão de ser. De Ulisses Guimarães pode-se dizer que foi um dos nossos clássicos da estirpe de homens da chamada (correntemente) “grande política”. O sociólogo vai ser exemplo da obra acadêmica e do autor bem sucedidos na famosa travessia da teoria para a práxis no campo da política.

Por serem publicistas, o PCB e Fernando Henrique Cardoso permitem trabalhar material bibliográfico na perspectiva da história das ideias como interseção da reconstituição textual (de grupo e/ou autor dotado de equipamento intelectual relevante) com o momento das controvérsias intelectuais e/ou debates político-partidários nos quais ideia e ação se cristalizam em discursos de vocação normativa. “Obra” dispersa, com textos de autoria desconhecida, a discursividade dos comunistas constitui uma influência espalhada ao longo do tempo; Fernando Henrique Cardoso é o exemplo da ensaística de imediata repercussão política, inclusive testemunhada por reflexão subsequente. Por sua vez, o “texto” de Ulisses Guimarães, à medida que nos oferece peças de intervenção direta (discursos parlamentares, entrevistas, notas à imprensa, etc.) é a “dificuldade”, embora se possa recorrer também à memorialística e ao gênero da biografia, hoje reabilitada na historiografia política.³

O período é o pós-64, quando uma “guerra de posições” contra o novo regime tem curso sob a forma de processos gradativos e às vezes moleculares – retomada dos partidos, participação em eleições, mesmo controladas; recuperação do associativismo; entendimentos políticos e articulações parlamentares; lutas de rua e mobilizações culturais – todos esses movimentos voltados para o fim único da conquista do Estado democrático de direito. Ao longo de mais de vinte anos o MDB se constituiu em espinha dorsal da oposição. E será ele também quem vai liderar, em 1985, a resistên-

* Professor do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ.

cia democrática no movimento de conclusão do autoritarismo, mediante um largo acordo entre a grande maioria das forças oposicionistas e dissidências do próprio regime.

Relatando em seu livro sobre os intelectuais brasileiros o contexto do imediato pós-64, Daniel Pécaut equaciona bem a crise do imaginário político até então hegemônico no bloco nacional-popular e refere-se a alguns dilemas de orientação que então se colocaram às correntes de centro-esquerda e às esquerdas. O brasileiro francês chama a atenção para uma espécie de virtual unanimidade em torno de duas novas idéias que logo se disseminariam na intelectualidade com certa gravitação: a) que a ruptura institucional era o resultado do esgotamento do modelo de crescimento industrial substitutivo; e b) que o novo governo militar, sustentado por setores políticos os mais tradicionais, encarnava um espírito estagnacionista que o levaria necessariamente ao impasse econômico, sem maiores possibilidades de forjar bases suficientemente sólidas para se consolidar a médio e longo prazos.

O impacto do golpe abonava o terreno para as críticas à teoria dualista dos “bloqueios estruturais” do tipo Cepal e às concepções gradualistas do PCB, induzindo, sobretudo a militância derrotada, a uma curiosa reação de radicalização ainda maior das explicações econômicas da política, já um tanto acentuadas no imaginário anterior. “Natural”, observa argutamente Daniel Pécaut, então, o interesse pelas noções tipo “esgotamento da substituição das importações”, “obstáculos estruturais”, “contradições explosivas”, “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, “dependência”, noções que apareciam na ensaística da época, ávida por uma alternativa teórica que desse conta da nova lógica do social, chegando-se a uma espécie de “teoria” do “autoritarismo estrutural” com o qual algumas áreas procuravam caracterizar o regime em função da dialética da dependência econômica, reforçando ainda mais a previsão do seu colapso no curto termo. O ponto de

A depender de alguns partidos políticos, a lógica da próxima eleição presidencial já não está aqui, mas em certo ponto do ano 2002. Um outro governo FHC se voltaria para uma agenda de menos globalização (conclusão da reforma agrária reforma política, reforma tributária, política social, etc.) de escasso interesse para aliados que se afastariam à procura do discurso necessário à candidatura da “nova direita” contida desde 1994.

Pécaut consiste em mostrar que, em tal horizonte intelectual, perdia-se, para a análise de conjuntura, a história política anterior que conduziu o país aos impasses de 1964. O autor insiste em chamar a atenção para o fato de que o político, sobretudo depois do AI-5, apagava-se na cena intelectual, totalmente reduzido a subproduto da economia. Era como se uma espécie de teoria da “causalidade estrutural”, auto-suficiente, passasse a dar conta de relações unívocas entre economia e política. Daí, reduzidas as incertezas e as indagações, não seria difícil se chegar a novas coordenadas e pender para um outro tipo de previsão política, não-gradualística, segundo a qual doravante uma mudança adviriria mais como consequência das “contradições” do regime, ou inclusive de uma “aceleração do processo”, como na luta armada, a perspectiva para a qual se inclinou com grande despreendimento boa parte da juventude de esquerda.

Não por acaso, no princípio, as exceções de valorização da política vão se situar em áreas dos partidos que em forma reativa se colocaram na oposição, rearticulando-se lentamente, sobretudo nas margens dos limitados processos eleitorais, como em 65, quando inclusive derrotaram o regime nas eleições para governador no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Submerso na clandestinidade, seguindo esses passos da classe política derrotada, o PCB logo em maio de 1965 iria insistir na tese de que somente a luta pelas liberdades constituía o eixo político capaz de vertebrar uma frente única em condições de isolar e derrotar a ditadura (usando estes termos “isolar” e “derrotar”, em meio a uma polêmica que tinha sua razão de ser).⁴

A “OBSESSÃO” PELA POLÍTICA

A experiência do PCB desse período também poderia ser vista, recorrendo mais uma vez a Daniel

Pécaut, como um “acontecimento intelectual”⁵ des-
construtivo daquele “estruturalismo” que só rebaixava
a eficácia da resistência antiditatorial na primeira dé-
cada do autoritarismo. Embora pagasse tributo ao
“tradicionalismo” marxista-leninista (exploração-revo-
lução), agora ele iria retomar da própria tradição de
gradualismo pluriclassista energias para incentivar um
movimento de reabilitação da política, sobremaneira da
política institucional, chave na montagem da frente úni-
ca democrática.

Com efeito, praticando uma sociologia da mo-
dernização meio às avessas, o PCB vai procurar associ-
ar (graças à tradição) penosamente, economia e
política, valorizando arenas onde os atores sociais
e políticos não seguiam lógicas simples. Há apenas
três anos do golpe, quan-
do ainda o novo “modelo
econômico” não se perfi-
lara de todo, os comunistas
brasileiros intuitivamente
percebiam e já registravam
em seus textos o sentido da
mudança de 1964. O “In-
forme do Comitê Central ao VI Congresso de 1967,”
por exemplo, dizia ser obrigatório atentar para a nova
fase de crescimento das forças produtivas nacionais.⁶
A estratégia anterior, de polarização entre o par *status
quo* agrário (estagnacionista)/monopólios estrangeiros
e os (minoritários) grupos moderno- industrialistas
devia ser repensada. O ciclo econômico sob o autori-
tarismo mostrava que o projeto autonomista de
substituição de importações era uma alternativa e que
a sua *naturalidade*, como se pensou antes de 1964, devia
ser reproblemática *vis-a-vis* outro tipo de moderni-
zação, uma e outra agora percebidas como de resolução
fundamentalmente no campo da política.⁷

Após o AI-5, outro texto mostra o exercício intra-
muros de uma sociologia política de acentuado propósito
normativo. Agora se propunha retomar o fio da história
política na reflexão sobre o caráter do novo regime e
assim romper com os termos (“estruturalistas”) da anti-
ga controvérsia fascismo/ditadura, justamente ao
correlacionar, como em Gramsci, o curto termo – as
marchas e contramarchas na montagem do Estado au-
toritário (o endurecimento pós-68, cassações, repressão
etc.) – com a consideração dos “fatores de tipo mais

permanente” (economia, crises, conflitos na base políti-
ca do regime etc.); vale dizer, os sintomas do processo
de esgotamento das potencialidades políticas da ditadu-
ra a médio e longo prazos.⁸ A noção aí usada de “processo
de fascistização”, também intuitivamente, próxima à idéia
de “fascismo pelo alto”, mais do que cautela para referir-
se a uma tendência inconclusa, procurava expressar
um conceito que captasse, para definir as melhores tática-
s da oposição, o sentido político dos traços não-clássicos
da experiência brasileira – apoio na corporação mi-
litar e na tecnocracia, atomização das massas, Congresso
consentido, etc.⁹

Com efeito, praticando uma
sociologia da modernização
meio às avessas, o PCB vai
procurar associar (graças à
tradição) penosamente,
economia e política,
valorizando arenas onde os
atores sociais e políticos não
seguiram lógicas simples.

A questão política que
esse tipo de análise trazia
consiste em abandonar o
“primarismo” (*sic*) do cál-
culo baseado “unicamente
no caos e na catástrofe da
política econômica das
classes dominantes”. A su-
gestão era a de que era
preciso atentar para as con-
seqüências plurais da mo-
dernização conservadora
dos militares, induzindo
uma “lógica do social” de
efeito multiplicador de

“focos políticos de resistência”, criando pontos de rup-
tura da passividade e abrindo uma possibilidade para
se “passar da defensiva à ofensiva”.¹⁰ A arquitetura
da resistência desenhada nesse texto prefigura um pro-
cesso alicerçado nas virtualidades do cotidiano, sendo
obrigatória a valorização tanto das miudezas e das
ações parciais, quanto das eleições (“momentos altos
da luta”) e dos acordos de cúpula, numa paciente e
cuidadosa montagem por agregação política que fa-
ria com que “aquele sentimento passivo (especialmente
após 1968) já [fosse] tomando forma, pouco a pou-
co, até se transformar num grande movimento
nacional, em frente única, que englobe[asse] os sindi-
catos, o movimento estudantil, a Igreja Católica, os
partidos e os políticos da oposição [...]”¹¹

Não há dúvida de que a política se apresentava
nesse texto como um exercício de previsão destinado
a conferir consistência às perspectivas criadas para
desenvolver iniciativas de resistência.¹²

Até hoje constitui um ponto pouco estudado as raí-
zes intelectuais desse pecebismo *aggiornato*. Certamente
que o recurso à memorialística esclareceria muitos pon-

tos, mas desde logo dois exercícios são possíveis como uma primeira aproximação ao tema: a) rastrear o fio da flexibilização da política comunista, pesquisando, por exemplo, a presença do PCI na imprensa pecebista, especialmente a interpelação que se teria feito (se faz) no PCB ao reformismo melhorista do comunismo italiano;¹³ e b) mencionar a ensaística produzida no período pela própria intelectualidade do PCB, cotejando afinidades entre textos e resoluções, quando não circunstanciando influências mais incisivas na elaboração da estratégia de pluralismo reformador e de aprofundamento contínuo da democracia política.

Encontraríamos, de fato, uma geração de intelectuais ao que tudo indica influente no PCB do pós-64. Alguns de seus membros já aparecem na iniciativa da Editora Civilização Brasileira de publicar Gramsci no Brasil: *Cartas do cárcere* (tradução e apresentação de Noémio Spínola, quarta-capa de Roberto Pontual, 1966), *A concepção dialética da história* (apresentação de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, quarta-capa de Luiz M. Gazzaneo, 1966), *Os intelectuais e organização da cultura* (tradução e quarta-capa de Carlos Nelson Coutinho, 1968), *Literatura e vida nacional* (tradução e quarta-capa de Carlos Nelson Coutinho, 1968) e *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (tradução e quarta-capa de Luiz M. Gazzaneo, 1968). Sua presença também pode ser notada no chamado “projeto” de renovação “estético-culturalista” (depois, “filosófica”) do marxismo então em circulação no país, se por tal se entende as traduções editadas por Ênio Silveira (livros e artigos de Lukács, artigos de Goldmann, Garaudy, Sève, Fromm, Marcuse, e outros marxistas heterodoxos), especialmente na *Revista Civilização Brasileira* nessa mesma época. Também é sugestiva a publicação do tópico inicial do livro de Gramsci (traduzido por Leandro Konder como “A formação dos intelectuais”) no nº 5-6 de março de 1966; do artigo de Otto Maria Carpeaux “A vida de Gramsci” no nº 7, de maio de 1967; e de todo um número especial da revista dedicado aos 50 anos da Revolução de 1917 (no qual aparecem a carta de Lukács sobre o estalinismo e um artigo de Giorgio Napolitano). Emblemático é o dossiê sobre a crise da Checoslováquia (textos de Dubcek, PCI e PCF, etc.). Publicado na revista *Paz e Terra* nº 2, de setembro de 1966, um artigo do próprio Konder sobre a concepção marxista da história – no qual se refere a Lênin e Gramsci como rupturas do evolucionismo econômico – parece sinalizar aquela movimentação intelectual. Em 1974, o livro *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira* (Paz e Terra, 1974), uma coletânea com ensaios de Car-

los Nelson Coutinho, Gilvam P. Ribeiro, José Paulo Neto, Leandro Konder e Luiz Sérgio N. Henriques vai chamar a atenção pelo recurso comum a um lukacsianismo mobilizado na “sociologia da literatura” brasileira com a qual o grupo procura expressar a sua inquietação intelectual.

Por volta de 1976, uma parte dessa intelectualidade tentará associar à práxis do pós-64 uma reflexão de estímulo à radicalização da política de frente antiditatorial em termos de uma “estratégia democrática para o socialismo”. Era uma contribuição ao processo de renovação que então tem início no PCB (cf. resoluções do Comitê Central produzidas no exílio) e põe o partido sob tensão até o congresso de 1982/83. Em alguns dos textos mais conhecidos observa-se a mobilização de dois conceitos leninianos específicos: a) o da política como criação, “que evocava” o caminho percorrido pela resistência democrática; e o de “caminho prussiano” de evolução agrária (que já aparecera nos debates do V Congresso de 1960, mas sem as conseqüências analíticas desse novo uso), agora considerado chave para revisitar o tema dos processos não-clássicos de modernização, como seria a brasileira. Outro influxo da prática de frente única do pós-64 também levaria a uma aproximação mais produtiva com o Gramsci (propriamente) da política (o da “cultura”, digamos, viera com as traduções pioneiras), passando-se de uma espécie de primeiro “gramscismo” de assemelhamento da resistência gradualista à ditadura de tipo “guerra de posições” para uma interpelação do núcleo bem mais fecundo da tese gramsciana sobre o *risorgimento*. Artigos publicados na imprensa pecebista dão a entender que o problema da renovação do PCB desse período requeria uma ampliação do seu marxismo e uma mudança na visão defasada que ele tinha sobre uma formação social há muito em acelerado industrialismo; embora este tivesse origem num processo modernizador conduzido “pelo alto” e marcado por sedimentações de revolução passiva (atraso agrário, institucionalidade frágil, etc.) e pela dependência.¹⁴

Nos textos dessa vertente intelectual chama a atenção a presença da bibliografia dedicada à modernização das sociedades agrárias, especialmente Lênin, Gerschenkron, Lukács, Gramsci e Barrington Moore, clássicos interpelados por vários desses autores que também são conhecidos na passagem dos anos 1970 para a década de 1980 como os “eurocomunistas” brasileiros.¹⁵ Com certeza aquela história comparada os induziu a ver no tema do *prussianismo* – noção de revoluções “pelo alto” recoberta pelo conceito de

“revolução passiva” – indícios de uma proposição paradigmática, nova na tradição e de razoável poder explicativo da natureza da formação social brasileira, inclusive elevando a problemática da assimetria entre economia e política – vale repetir, modernização e institucionalidade liberal-democrática – a um *status* de chave para a revalorização da luta pela democracia – com os atores do pós-64 – em termos de uma estratégia de erradicação do elitismo da vida política brasileira; possibilidade, vista assim e da perspectiva do início da transição democrática, como uma “verdadeira revolução”.¹⁶

Considerada à distância e da perspectiva da reviravolta de 1989, toda essa discussão espelhava um movimento mais generalizado no PCB que já então exigia que se concluísse a transição (iniciada com a seminal “Declaração de Março de 1958”) para uma cultura política democrática.

O PRATICANTE DA POLÍTICA

A referência a seus colegas bacharéis do Largo de São Francisco e do Diretório Acadêmico XI de Agosto como a sua geração só em sentido estrito reporta uma biografia que, mesmo naqueles anos quarenta e de militância na UDN, toma outro rumo político. A trajetória de Ulisses Guimarães começa pelas mãos das famosas “raposas” políticas. É certo que foi através de um veterano pessedista de São Paulo que ele se iniciou no PSD, porém sob o olhar criador do mineiro Benedito Valladares.¹⁷ É nessa escola onde até o fim da vida ele irá exercer a política como atividade de dedicação exclusiva, a rigor, como profissão. Em toda sua trajetória, Ulisses Guimarães é o político “sem nenhuma classe de negócio”, chegando ao exemplo de quando no imediato pós-64, fora de cena, desafortunado, não hesita em ir dar aulas em universidades paulistas nos fins de semana do Congresso.¹⁸

Ulisses Guimarães exerce a política como ofício de criação em uma dialética tal que na mesma medida em que inventa a sua intervenção para gerar eventos relevantes, já vai também imaginando como ocupar o seu centro. Mas, “raposa” política, bem diferente do PCB, ele não se alimenta da cultura da prática teoricamente orientada própria às militâncias iluministas. É mais o compositor de interesses, o artesão da solução interpartidária, e não surpreende – este é um ponto característico, ao qual voltaremos adiante – quando, em meio a um processo importante, inclusive naqueles de notória relevância para a política nacional, também se posiciona

revelando o lado do político profissional de “pequenas ambições”, tal como na sugestão gramsciana.

Assim que ingressa no PSD, Ulisses Guimarães já está na candidatura de Juscelino Kubitschek, participando das primeiras entabulações, procurando arregimentar apoios em São Paulo. Estreante no Congresso, cedo aparece como um dos integrantes da Ala Moça do PSD, o pequeno agrupamento de deputados em melhor condição de verbalizar o projeto de JK, logo afagado pelo novo presidente atento às potencialidades de aqueles jovens darem ao seu modernismo a cobertura política de que carecia o próprio partido.¹⁹ Sua passagem também temporã e por duas vezes seguidas pela presidência da Câmara no governo juscelinista será o seu treinamento no complicado ofício da “composição da política” de ouvir conflitos com paciência inesgotável, colher sugestões como quem delas ainda não dispõe, apresentar soluções “políticas” a partes ansiosas, sempre atento à seqüência do processo em curso e às conseqüências das condutas dos atores políticos.²⁰

Na maré montante do prestígio de JK, o eficiente presidente da Câmara tinha os olhos sempre postos na vinda de uma oportunidade que lhe viesse à porta da sua carreira política. É o que julga ser o momento pré-eleitoral de 1958, quando então se colocou (em nome da frente única mobilizada em 1955) no que parecia ser o seu lugar natural de candidato pessedista ao governo de São Paulo, esperando agora a retribuição prometida pelo presidente da República.²¹ Logo aí começava o que Luiz Gutemberg chama de *A marcha de Moisés* de Ulisses Guimarães, a saga de um homem destinado a viver lances de articulação competente e momentos de glória, sempre procurando potenciar situações, muitas de real valor para o processo democrático, à espera de ascender ao topo, mas sem êxito, continuamente levado a retomar uma obra inacabada de tal modo que, ao fim de contas, essa vai ser mesmo a sua trajetória.

Sem dúvida a candidatura de Ulisses Guimarães podia evitar o fenômeno Jânio Quadros, o candidato *outsider* que, se a previsão estivesse conforme a verdadeira lógica da “era juscelinista”, precisava ser neutralizado. No entanto, ao negacear sustentação à candidatura de Ulisses Guimarães, Juscelino dá mostras de como um cálculo personalista se desloca do movimento principal a que deveria servir e traz resultados indesejados. Luiz Gutemberg relata que, de olho na eleição presidencial de 1965, JK minimizara a ascensão do janismo. Na avaliação do presidente, com a sua neutralidade nos Estados, especialmente em São Paulo, Jânio seria governador em 1958; presidente da

República em 1960; e lhe deixaria um espaço vazio na eleição de 1965, aberta inclusive a possibilidade para uma coligação – tudo guiado pela lógica do pequeno atalho, sem que o ator, ao não se governar pelo princípio da universalidade, se interessasse em avaliar os seus cenários como cursos não necessariamente isentos de acidentes e desvios. JK defenestrou a candidatura de Ulisses Guimarães, a qual sequer chegou a ser registrada na Justiça Eleitoral, e desorganizou de vez a frente única remanescente das mobilizações anti-golpistas do pós-54, à crista das quais, aliás, ele próprio se elegera.

Em 1964 Ulisses Guimarães vai viver um dos seus lances mais controvertidos. De um distanciamento em relação ao governo, à hora do golpe, com a saída de João Goulart para o Uruguai, ele terminou apoiando a decisão do presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, de empossar na chefia do governo o pessedista Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. Nessa *tournant*, ao lado de Bilac Pinto, Pedro Aleixo, João Agripino, Adauto Lúcio Cardoso, Paulo Sarazate e Daniel Krieger, vai participar de uma comissão civilista com a qual o novo presidente da República *ad hoc* tentará conter os militares. O grupo de alto nível recebe a incumbência de achar uma solução *jurídico-constitucional-revolucionária* que ao tempo que permitisse o expurgo político, evitasse o cancelamento da Constituição de 1946. Luiz Gutemberg relata que se chegou a elaborar o texto de um Ato Constitucional a ser aprovado pelo Congresso, no qual se delegava poderes excepcionais à corporação militar em troca de limites às punições que, no caso dos parlamentares, precisariam de autorização da Câmara e do Senado, tendo-se inclusive cogitado de um prazo de até 15 anos de cassação – uma proposta, sempre negada, que teria sido feita pelo próprio Ulisses Guimarães.²²

Abortada a operação civil de Ranieri Mazzilli, com a imposição do Ato Institucional nº 1, Ulisses Guimarães e outros políticos de centro ficaram, até os últimos minutos do prazo das cassações, sob a ameaça de perderem os seus mandatos, o que poderia ocorrer devido tanto à fúria punitiva quanto à instrumentalização que algumas lideranças civis faziam da circunstância para redividir espaços político-eleitorais em suas regiões. Posto fora de cena, Ulisses Guimarães irá viver no Congresso um prolongado silêncio, desde aquela famosa data do AI-1 (10 de outubro de 1964), até novembro de 1970/fevereiro de 1971.

Será obra do acaso o seu retorno ao centro dos acontecimentos ou resultado da aposta certa em uma tarefa então considerada por muitos pouco rendosa: a vitalização do Movimento Democrático Brasileiro no

início do governo Medici? Sobrevivente, o discreto vice-presidente do MDB (desde a fundação do partido) pôs-se à frente de uma nova equipe – Tales Ramalho, Nelson Carneiro e Pedrosa Horta, este com ascendência sobre os “autênticos” – para assumir, em fevereiro de 1971, o comando do partido da “oposição consentida”, como no começo queriam os militares; dirigir um partido em plena recessão, enfraquecido tanto pelo clima repressivo quanto pelas derrotas eleitorais de 1966 e 1970.

A virada vai coincidir com o ponto mais alto do termidor militarista, na hora amarga em que a rebeldia armada da juventude e o PCB eram dizimados, quando a apatia tomava conta do Congresso e a atividade partidária legal encontrava-se muito desacreditada. A fórmula que o MDB vai encontrar para retomar a iniciativa expressa bem o clima dos “anos de chumbo” – é do “fundo do poço” que a nova liderança emedebista, movida por fios invisíveis, vai “reaparecer”, otimizando os pequenos espaços, como, por exemplo, o da Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, onde, partido congressual, o MDB tinha assento; e de onde vai criar condições para a denúncia mais ampliada da violência contra os perseguidos políticos, dando partida a um processo de saída à superfície.²³

O lance mais ousado será o da anticandidatura Ulisses-Barbosa Lima Sobrinho à sucessão de Medici em 1973, pensado como uma manobra para alargar o campo de iniciativa da oposição, como logo se verá na animação/agitação (nem sempre as direções estaduais do MDB tinham predisposição para a tarefa) que se forma em torno das caravanas da missão partidária. Tratava-se sem dúvida de uma operação nascida de um cálculo estratégico feito por protagonistas bem cientes de que era possível sair do imobilismo, desde que se adotasse com sabedoria o bom programa do poeta.²⁴

No após-anticandidatura, Ulisses Guimarães como que retorna ao “estilo pessedista”. No encontro a sós ao qual o general Golbery do Couto e Silva convocou a oposição para lhe expor a sua teoria das sístoles e diástoles como cenários de uma negociação que poderia levar à descompressão do regime, a liderança do MDB, vale dizer, Ulisses Guimarães e Tales Ramalho (ali presentes), ouviram a “Sorbonne” sem emitir nenhum compromisso de “oposição consentida”, que o MDB não era.²⁵ Nas conversas com a Missão Portella, a outra iniciativa importante do governo Geisel, a conduta foi similar.

Mas se nesses dois casos Ulisses Guimarães se serve dos ganhos do seu partido, exibindo, no primeiro deles, a capacidade política da anticandidatura e, no outro, a força eleitoral de 1974, e neles exerce o ofício da “composição” tentando avançar o processo democratizante, à seqüência de cada um deles o “político profissional” também faz o cálculo sobre o protagonismo próprio como movimento de carreira política. Luiz Gutemberg relembra que após o encontro com o general Golbery, reagindo a um discurso no qual o Geisel chamara os reclamos pela volta do “Estado democrático de direito” de “saudosismo da oposição”, surpreendentemente Ulisses Guimarães responde com uma nota na qual escreve esta frase, irritando os militares: “É óbvio que a oposição não iria importar o modelo adotado por Idi Amin Dada, pois nada mais ultrapassado do que governo baseado na força”. O biógrafo comenta ainda que Ulisses, diferentemente de outras ocasiões, não teria submetido o texto à ponderação da cúpula do MDB por “extrema malícia”, já traduzindo em cenários eleitorais seus a teoria golberiana de criação dos cinco partidos, vendo nela a pulverização da frente única que, mais dia, menos dia, o levaria à presidência. No outro episódio, com cálculo parecido, Ulisses Guimarães teria posto à frente da vocação para a “composição” o próprio projeto presidencialista, por um tempo ficando “alheio” (mas na prática desvinculando o MDB) aos entendimentos que então se desenvolviam em várias áreas visando viabilizar a candidatura civil de Magalhães Pinto à sucessão de Geisel. O líder da oposição teria preferido “deixar seguir” as articulações dos “autênticos” e depois iria apoiá-los na proposta da candidatura do general Euler Bentes Monteiro pelo MDB (muitíssimo menos viável no Colégio Eleitoral), a se envolver numa grande costura pluripartidária que poderia ter encurtado a duração do regime em sete anos.²⁶

Nas Diretas Já, na candidatura Tancredo-Sarney, na posse e início do governo Sarney, Ulisses Guimarães se move a serviço da redemocratização, ora vigiando a candidatura do MDB, ora temendo perdê-la em uma “composição”, como teria ocorrido quando, à hora de

Ulisses Guimarães exerce a política como ofício de criação em uma dialética tal que na mesma medida em que inventa a sua intervenção para gerar eventos relevantes, já vai também imaginando como ocupar o seu centro.

desdobrar a derrota da emenda Dante de Oliveira, “demora” em desencadear o movimento da candidatura de conciliação nacional ao Colégio Eleitoral. Esse também teria sido o sentido da “pressa” em proclamar Sarney substituto de Tancredo, recusando-se a assumir a presidência, como queriam áreas da Aliança Democrática, para não se tornar inelegível às eleições que, nesse tipo de entendimento da Constituição, deveriam ser convocadas em 30 dias. A própria candidatura em 1989 à contrapelo dos governadores do PMDB expressa sua persistência, especialmente a sua participação na campanha

parlamentarista e no *impeachment* de Collor, os quais ele imaginava também como eventuais acessos à presidência. É Luiz Gutemberg quem circunstancia esses e outros eventos, desenhando *A saga de Moisés* de um verdadeiro “praticante da política” que várias vezes teve o seu “objetivo estratégico” à mão, vivendo momentos fugidios nos quais quanto mais “guiou o seu povo”, mais o processo

movia o prêmio para adiante, e a política parecia se lhe indispor como “um eterno retorno”.

O INTELLECTUAL POLÍTICO

Como já aludimos anteriormente, a trajetória de Fernando Henrique Cardoso começa no exílio chileno com o “acontecimento intelectual” da sua (e de Enzo Falletto) “nova teoria” da dependência, ou seja, uma proposição moderada que vai diferenciá-lo no clima intelectual da época. Influente, o ensaio *Dependência e desenvolvimento na América Latina* teve o mérito de iniciar a discussão sobre o ciclo desenvolvimentista – sinalizando o rumo depois seguido por Maria da Conceição Tavares e José Serra²⁷ e contribuiu para descongelar a política do frio revestimento da economia no qual ela se encontrava no imediato pós-64.²⁸

A questão que a obra lançava, pelo menos no desdobramento que lhe dá o seu autor brasileiro, era a de uma previsão política, contra-a-corrente, com a qual Fernando Henrique Cardoso vai interpelar o chamado dilema “fascismo ou socialismo” (*barbarie ou socialisme*), de um lado, abrindo um caminho al-

ternativo à radicalização generalizada e, de outro, ultrapassando (?) o tradicionalismo da por ele também chamada esquerda “moderada” (“abrir o espírito contra a visão comunista-populista e a Cepal”, como chega a afirmar *ex-post* à sua biógrafa francesa).²⁹

De volta ao país em 1968, Fernando Henrique Cardoso não vai continuar na USP; a aposentadoria compulsória em 1969 o leva ao engajamento político. Será o tempo do Cebrap, o “exílio interno” de onde ele e outros intelectuais de oposição denunciavam o regime e o seu “milagre” econômico, exemplar no estudo, feito a pedido da Igreja, *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. Também será a época da militância desse grupo na imprensa alternativa, especialmente após 1972 nos jornais *Opinião* (que chegou a 40 mil exemplares) e *Movimento* (80 mil).

Sempre em busca de uma terceira via, no último grande livro *Autoritarismo e democratização*, montado com textos de intervenções escritos entre 1971-73, Fernando Henrique Cardoso “extrai” da sua “teoria” da dependência (não a considerava como tal) uma sociologia política de modernização contraposta à economia política da “economia a qualquer preço” e à ideologia de “racionalização do imobilismo burocrático-repressivo”. Não por acaso, no primeiro dos ensaios da coletânea, “As novas teses equivocadas”,³⁰ interpela o estagnacionismo catastrófico das esquerdas “tradicional” e “radicalizada”. O argumento se constrói à luz de suas pesquisas sobre a dinâmica do ciclo desenvolvimentista “associado e dependente” e da diferenciação que ele observa na cúpula do regime entre os interesses dos vários grupos econômicos, corporações e elites burocráticas, processos esses que já estariam fraturando o bloco no poder (não casual o recurso à construção poulantziana baseada nas análises políticas de Marx).

Como claro ofício de previsão política, essa sociologia apontava para um novo cenário que se abria à frente (à saída do túnel “1971-73”) à medida que o processo de fortalecimento da sociedade civil se afirmava, sobremaneira a partir da incorporação de novos contingentes de operários e de classe média assalaria-

da, visível e tanto mais efetivo tal quadro quanto mais a oposição trabalhasse com a idéia de “degelo da situação”, uma perspectiva mais dependente da política do que de fatores estruturais, como ele diz no ensaio “A questão da democracia”.³¹

Não será estranho um cálculo (feito por alguém, sagaz, que enxergava ao horizonte, como reconhecem alguns contemporâneos seus) que visse no partido-frente MDB a travessia da obra acadêmica do “publicista” (ou do “pensador de situação de crise”, como quer Weffort, referindo-se aos textos dos primeiros anos da década de setenta),³² para o mundo pragmático da política. Os indicadores dessa propulsão são conhecidos: a campanha eleitoral de 1978 e os 1.3 milhão de votos que amealhou como candidato ao Senado; a participação na origem dos novos partidos (relembre-se que ele, parte do grupo cebrapiano e sindicalistas de São Paulo, primeiro pensaram num “partido popular”, depois é que surgiu a idéia de um “partido de trabalhadores” de tipo

Como já aludimos anteriormente, a trajetória de Fernando Henrique Cardoso começa no exílio chileno com o “acontecimento intelectual” da sua (e de Enzo Falletto) “nova teoria” da dependência, ou seja, uma proposição moderada que vai diferenciá-lo no clima intelectual da época.

inglês).³³ Fernando Henrique, como se sabe, terminou optando pelo chamado partido *omnibus* (“de assalariados” *lato sensu*, como ele também dizia), para viver no MDB-PMDB os lances ulteriores do processo de redemocratização (Diretas Já; Tancredo, Sarney; PSDB, 1989; Collor, Itamar, etc.).

Nestas notas ainda faz falta invocar uma tematização que dê um colorido melhor às pequenas conjunturas e aos sistemas de orientação com os quais os três protagonistas imergiram naquela nossa história política e que permita trazer à tona alguns detalhes expressivos das interpelações mútuas daqueles atores, feitas no período; mas isso constitui um novo exercício sobre o qual seria inócua especular aqui.

De momento, só para sugerir alguns traços de uma tipologia de previsões e cálculos políticos, talvez característicos entre nós, poder-se-ia dizer, primeiro, que o PCB é o mais nítido representante do partido com “consciência do risco daqueles que têm de arcar com as consequências do agir”,³⁴ um ser continuamente em busca de “previsão e perspectiva”, obcecado em balizar a sua práxis segundo critérios políticos gerais (a rigor, oriundos

da tradição de filosofia da história e conforme o programa marxiano das *Teses sobre Feuerbach*), sempre atento em avaliar (inclusive “encontrar culpas” nas autocríticas) o caminho andado no rumo do “fim último”.

Já Ulisses Guimarães exerce a política como uma arte *em si* e parece não obedecer a nenhuma teleologia. Em alguns momentos a sua práxis aparenta autonomizar-se da inerência a interesses e grupos, tornando-se um “serviço” para articulações que ele acompanha seguindo o seu partido (PSD=MDB), quer em governos ou fora deles. Ou seja, como que pratica uma “política de PSD”, convertendo a novidade do partido-frente num *aggiornamento* do centro como centro *político*. Confundindo-se com o nome MDB-PMDB (vale repetir um sociólogo brasileiro que uma vez chamou esse partido de “partido sem economia”), revivendo a tradição republicana – tradição esta última comum a outras lideranças nacionais contemporâneas –, numa espécie de “cultura da política”, isto é, uma experiência, da qual ele foi um dos artífices, e que gerou numerosos elementos para uma verdadeira cultura política democrática.

Nesse período do pós-64, Fernando Henrique Cardoso se aproxima e exhibe características de publicista *à lá Inteligentsia*.³⁵ O trânsito do autor (neocapalino?) da nova teoria da dependência para o teórico do autoritarismo e da transição política brasileira *à lá* bibliografia européia dos anos 1970, desde logo não segue o perfil do “homem de governo” mannheimiano dos publicistas tardios do nosso nacional-popular, universalistas, que reverenciavam (bem entendido, a seu modo) a “prática teoricamente orientada” *à lá* Lênin, como se pode ver nas paráfrases de Álvaro Vieira Pinto (“sem ideologia do desenvolvimento nacional, não há desenvolvimento nacional”) e de Guerreiro Ramos (“sem ‘redução sociológica’, não há...).

Sua evolução indica um outro (e novo) curso? Primeiro, seria preciso ver o que representam temas da época, tais como: a) a “democracia substantiva” (sem a universalidade *à lá* anos 50; sem o “politicismo” pecebista, por exemplo); b) a adesão a uma social-democracia *à lá* brasileira, ao “choque de capitalismo”, como uma vez, em 1989, se disse que necessitava o país, principalmente se a esse gradualismo reformístico se chega afastando-se da *marca política* do partido de origem, o MDB-PMDB, com o qual ele rompe naquele mesmo ano de 1989, e assim por diante. Mas são apenas conjeturas preliminares, quem sabe muito bem induzidas por fatos subseqüentes ao pós-64, como a coligação PSDB-PFL, o governo FHC, e precisam ser melhor investigadas.

NOTAS

- ¹ Para Gramsci, a “grande política”, objeto maquiaveliano, diz respeito à organização dos Estados; associada a ela, a “grande ambição” é atributo próprio ao (a todo chefe político) aspirante ao exercício do poder público, e se distingue das “pequenas ambições” “dos que querem passar a um serviço de mais rápido rendimento”, “dos que têm pressa e não querem tentar superar grandes dificuldades, ou correr enormes perigos” (Antonio Gramsci, *Pasado y presente* (Bueno Aires, Granica, 1974), p. 89.
- ² A idéia deste texto surgiu em meio à travessia de um antiga pesquisa dedicada à singularização do pensamento político do PCB em relação à matriz dissipativa do marxismo-leninismo para os temas da cultura política e dos intelectuais, concretizada nos seguintes textos do autor: “Projeto de pesquisa de doutorado” (1979); “Nota de pesquisa: partido e política no Brasil: 1958-64”, em *Cadernos Brasil em Debate* n.º 2, UFPB, 1982; *A segunda renovação pecebista* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988); *O pecebismo inconcluso* (2ª edição. Seropédica: Edur, 1994); *Modernização e política* (Rio de Janeiro: Forense Universitária/Edur, 1996); *Questão agrária e política: autores pecebistas* (Seropédica: Edur, 1996); “Política e cultura política: um estudo sobre o MDB”, em *Estudos Sociedade e Agricultura* n.º 7, dezembro de 1996; “Trajetórias contemporâneas”, em *Estudos Sociedade e Agricultura* n.º 8, outubro de 1997.
- ³ Já longe o tempo da “simples história”, ultimamente a biografia vem sendo reconhecida como um valioso veículo de reconstituição histórica, no caso dos perfis ilustres, servindo para levar um grande público a se aproximar do tema dos intelectuais na política.
- ⁴ PCB, “Resolução política do Comitê Central do PCB”, maio de 1965, em Edgar Carone: *O PCB*, vol. II (São Paulo: Difel, 1980).
- ⁵ Esse autor considera o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito no exílio por Fernando Henrique Cardoso, em 1967, em parceria com Enzo Falleto, como um “acontecimento intelectual”, justamente por ele se opor ao estagnacionismo comum a muitas visões e abrir a discussão sobre um novo ciclo de desenvolvimento econômico, então em curso, se não na América Latina, pelo menos no Brasil.
- ⁶ “Informe de balanço do CC ao VI Congresso do PCB” (1967), em *Vinte anos de política. Documentos 1958-79* (São Paulo: LECH, 1980).
- ⁷ “A alternativa atual coloca-se entre os diferentes cursos ou caminhos a se imprimir ao processo de desenvolvimento econômico-social” — caminho nacional e democrático; ou modernização dependente e de acomodação ao latifúndio, o Estado desempenhando papel decisivo (PCB, “Informe de balanço do CC ao VI Congresso do PCB” (1967), em *Vinte anos de política. Documentos 1958-79.*, cit.
- ⁸ “Resolução Política da Comissão Executiva do CE do PCB da Guanabara” (1970), em *Temas de ciências humanas* n.º 10, São Paulo, LECH, 1981.
- ⁹ É Carlos Nelson Coutinho quem relembra (em texto posterior) o termo “fascismo pelo alto” usado por Barrington Moore para explicar o “paradoxo aparente” de uma contra-revolução que, como o Japão pré-bélico do exemplo deste último autor, aqui também vai liderar o desenvolvimento das forças produtivas (Carlos Nelson Coutinho, “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, em *Gramsci — um estudo sobre seu pensamento político* (Rio de Janeiro: Campus, 1990).
- ¹⁰ “Resolução Política da Comissão Executiva do CE do PCB da Guanabara” (1970), em *Temas de ciências humanas* n.º 10, cit.
- ¹¹ *Ibid.*
- ¹² É interessante ver com os olhos de hoje os cenários do fim da ditadura, imaginados da perspectiva do segundo ano daquele terrível, a saber: “a) ela poderia ser derrotada no contexto de uma ampla mobilização de opinião pública que galvanizasse parte das

- FFAA, mediante um levantamento nacional (com maior ou menos recurso à violência); b) após um processo de desagregação interna do poder, sob pressão popular, forçando uma área do governo a facilitar uma abertura democrática [sic]; e c) poderia haver ainda uma saída protagonizada pelo setor militar nacionalista, hipótese que exigiria novos esforços para então “desmontar os restos do regime e democratizar a vida política nacional” (*Ibid.*).
- ¹³ Nas *Tribunas de Debates* dedicadas à discussão de 1956/57 sobre o XX Congresso do PCUS foram publicados materiais afins com uma leitura mais crítica do socialismo real, como são exemplos a polêmica entrevista de Togliatti concedida na ocasião à revista italiana *Nuovi Argomenti*, e o famoso informe do VIII Congresso do PCI “A luta pelo caminho italiano ao socialismo” (cf. Raimundo Santos, *A segunda renovação pecebista* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988). Dois anos depois, um texto, “A tática das soluções positivas”, de Marco Antonio Coelho, registra a nova política de renovação democrática [sic] dos comunistas italianos e franceses, citando Enrico Berlinguer para explicá-la: “A palavra de ordem de desenvolvimento econômico e político democrático e de reformas de estrutura nada têm em comum, pois, com uma política reformista que se propõe apenas introduzir, pela cúpula no sistema capitalista, determinadas correções de caráter paternalista. Para nós uma política de desenvolvimento democrático e de reformas de estrutura significa que, sobre a base do avanço do movimento de massas, podem ser levadas a efeito radicais transformações na esfera da produção, que constituam outros golpes contra as grandes concentrações da propriedade e do Poder” (Marco Antonio Coelho, 1960). O próprio Marco Antonio Coelho observa que o novo caminho pressupõe “um clima de democracia, quando haja respeito pelos direitos inscritos na Constituição. Sendo assim a tática das soluções positivas determina que se trave a defesa das liberdades e o combate pelo aperfeiçoamento do regime democrático” (*Ibid.*).
- ¹⁴ Luiz Werneck Vianna, *Sindicalismo e sindicato no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976).
- ¹⁵ Raimundo Santos, *Modernização e política* (Rio de Janeiro: Forense Universitária/Edur, 1996).
- ¹⁶ Luiz Werneck Vianna, “Sobre a tática e a estratégia”, suplemento de *Voz da Unidade-Debates* n.º 89, São Paulo, 1981.
- ¹⁷ Luiz Gutemberg, *Moisés – codinome Ulisses Guimarães* (São Paulo: Companhia de Letras, 1994).
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 275.
- ¹⁹ A Ala Moça era formada pelos deputados Renato Archer e Cid Carvalho (MA); João Pacheco Chaves e Ulisses Guimarães (SP); José Joffily (PB); Nestor Jost (RGS); Leoberto Leal (SC); Oliveira Brito e Vieira de Melo (BA). Será depois um dos embriões da Frente Parlamentar Nacionalista.
- ²⁰ Luiz Gutemberg relata, como prova de fogo, o episódio de uma licença então pedida pelo governo para processar Carlos Lacerda envolvido no *affaire* Telegrama 295 (Lacerda divulgara uma mensagem cifrada do Itamaraty acirrando intrigas entre o Brasil e Argentina). A habilidade de Ulisses Guimarães em gerar uma “solução” em meio a forças dilaceradas (em sessão tensa, alterando a pauta, mudando na hora a ordem dos oradores, obtendo resultado favorável a Lacerda; e, dias depois, encontrando a contrapartida, fazendo aprovar um espinhoso projeto do governo sobre a previdência) parece já marca patenteada (*Ibid.*, pp. 74-76).
- ²¹ *Ex-post* Ulisses Guimarães assim recorda as promessas que Juscelino lhe teria feito à hora da posse: “[...] Juscelino tomou-me pelo braço (numa cerimônia oficial...) e, entre as coisas que me disse, uma guardei como senha: ‘Vamos mudar a cara e o ânimo deste país, seu Ulisses. O desenvolvimento econômico opera prodígios e você comprou na baixa as ações dessa grande empresa política. Breve, breve, vai receber bons dividendos eleitorais. Você está predestinado a multiplicá-los em São Paulo. Eu farei questão de oferecer os necessários testemunhos, como pendor de gratidão e da grande amizade que nos une’” (*Ibid.*, p. 79).
- ²² *Ibid.*, pp. 178-183.
- ²³ Acerca dessa procura de espaços, Luiz Gutemberg faz este comentário: “Por exemplos como este da Comissão de Direitos Humanos, vê-se como o jogo político era duro e exigia do MDB sensibilidade estratégica para encontrar sinais de debilidade e esgotamento num regime que podia tudo, fazia tudo, calava todo mundo e ainda ostentava índices de popularidade e resultados eleitorais que lhe asseguravam mais de dois terços do Congresso. Era fácil criticá-lo, mas difícil combatê-lo com eficácia” (*Ibid.*, p. 113).
- ²⁴ À primeira vista não parece clara a ciência política encoberta no estilo de Ulisses Guimarães: “A caravela vai partir. As velas estão panadas de sonho, aladas de esperança. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente. No cais alvorçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar. Mas, no episódio, nossa carta de marear não é de Camões mas sim de Fernando Pessoa ao recordar o brado: Navegar é preciso/Viver não é preciso” (Ulisses Guimarães, “Discurso de Ulisses Guimarães na convenção do MDB de 22-9-73”, em *Rompendo o cerco* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978).
- ²⁵ Luiz Gutemberg, *op. cit.*, p. 146.
- ²⁶ Essa é a interpretação *ex-post* de José Sarney, então prócer da Arena (*Ibid.*, p. 171).
- ²⁷ Maria da Conceição Tavares & José Serra, “Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente”, em *Trimestre Económico*, México, 1970.
- ²⁸ Cf. Pécaut, Daniel, *Os intelectuais e a política no Brasil* (São Paulo: Ática, 1990).
- ²⁹ O próprio Fernando Henrique recorda esse sentido das primeiras obras: elas pretendiam “verificar a tese do Iseb” (Brigitte Hersant Leoni, *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível. Um perfil biográfico* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997), p. 99) e tinham também o endereço do PCB. Assim, em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), o escravismo brasileiro é mostrado como um recurso moderno-instrumental e serve a um argumento diverso ao da dissertação feudalista. Por sua vez, a pesquisa sobre os empresários, de 1963, desautoriza o progressismo do “endeusamento” burguês, associável à “teoria” pecebista de frente única.
- ³⁰ Fernando Henrique Cardoso, “As novas teses equivocadas” (1973). Originariamente publicado em Estudos Cebrap n.º 8, abril-junho, 1974, sob o título “As contradições do desenvolvimento associado”, agora em *Autoritarismo e democratização*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974).
- ³¹ Fernando Henrique Cardoso, “A questão da democracia” (1973), em *Autoritarismo e democratização*, cit.
- ³² *Apud* Brigitte Hersant Leoni, *op. cit.*
- ³³ Nesse momento, Fernando Henrique Cardoso via na sua vitória – fora eleito suplente na sublegenda do senador Franco Montoro – um sinal de que era hora de um novo partido que incorporasse forças políticas como as que mobilizara na sua campanha eleitoral (cf. palestra na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), proferida logo após as eleições de 1978).
- ³⁴ J. Habermas, “A revolução e a necessidade da revisão da esquerda – o que significa o socialismo hoje”, em *Novos Estudos Cebrap* n.º 30, junho de 1991.
- ³⁵ Dever-se-ia aqui aludir a dois pontos que merecem revisão: a) haveria uma diferenciação entre os intelectuais dos anos cinquenta, notáveis pelos seus livros, e os novos do pós-64, de notoriedade americana (*papers*, conferências etc.); b) o significado que tem para uma visão de conjunto de sua trajetória o fato de que a geração de Fernando Henrique Cardoso seja considerada como uma mistura da geração mertoniana da USP de Florestan Fernandes e do Seminário sobre *O capital*, locus de acolhimento de uns, como ele, de passagem pelo PCB, e de outros, também insatisfeitos com o marxismo pecebista.